

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

LUIZ EDUARDO GERVÁSIO ARMOND

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: um estudo na Região do Vale do Rio Doce e Vale
do Aço - Minas Gerais

Governador Valadares

2023

LUIZ EDUARDO GERVÁSIO ARMOND

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: um estudo na Região do Vale do Rio Doce e Vale
do Aço - Minas Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Dra. Nathalia Carvalho Moreira

Governador Valadares

2023

LUIZ EDUARDO GERVÁSIO ARMOND

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: um estudo na Região do Vale do Rio Doce e Vale
do Aço - Minas Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Administração do Departamento de Administração
do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus
Governador Valadares, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Governador Valadares, 01 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Nathalia Carvalho Moreira - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Mariana Luísa da Costa Lage
Universidade Federal de Juiz de Fora

Nádia Carvalho
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.(Art. 216-A. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012). Neste contexto, insere-se o tema deste trabalho e justifica-se a relevância do estudo, pois ele se insere na discussão do campo das políticas públicas culturais. Como objetivo geral, este trabalho pretendeu traçar um panorama das políticas públicas culturais nas regiões do Vale do Aço e Vale do Rio Doce em Minas Gerais, especificamente com foco em quatro dos principais municípios das regiões. Como objetivos específicos, pretendeu analisar a influência das políticas de cultura na região e sua relação com os setores cultural, econômico e educacional na percepção dos gestores públicos municipais. A pesquisa foi predominantemente qualitativa, do tipo estudo de caso e teve como método de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com funcionários do setor. Para análise das entrevistas foi realizado o método de análise do conteúdo, com categorias definidas a priori. Dentre os principais resultados, foi possível observar que as políticas públicas culturais são fundamentais para o fortalecimento e a preservação da identidade cultural dessas regiões, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social. As diferentes visões dos sujeitos de pesquisa sugerem que as cidades têm abordagens e estratégias distintas em relação aos desafios sociais e cultura. Sendo assim, é importante respeitar e considerar as diferentes perspectivas e ao mesmo tempo, unir esforços e buscar soluções integradas e contextualizadas para os problemas sociais enfrentados em cada localidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Cultura; Sociedade.

ABSTRACT

According to the Federal Constitution of 1988, the National System of Culture, organized through collaboration, in a decentralized and participatory manner, establishes a process of management and joint promotion of democratic and permanent public policies in the cultural domain. These policies are agreed upon by the different levels of government and society, with the aim of promoting human, social, and economic development through the full exercise of cultural rights (Art. 216-A, included by Constitutional Amendment No. 71, 2012). In this context, this study addresses the subject matter and justifies the relevance of the research, as it contributes to the discussion on cultural public policies. The general objective of this study was to provide an overview of cultural public policies in the regions of Vale do Aço and Vale do Rio Doce in Minas Gerais, specifically focusing on four of the main municipalities in these regions. The specific objectives were to analyze the influence of cultural policies in the region and their relationship with the cultural, economic, and educational sectors from the perspective of municipal public managers. The research predominantly employed a qualitative approach, specifically a case study design, and data were collected through semi-structured interviews with sector employees. The content analysis method with pre-defined categories was used to analyze the interviews. Among the main findings, it was observed that cultural public policies are crucial for strengthening and preserving the cultural identity of these regions, while also contributing to their economic and social development. The diverse perspectives of the research participants suggest that cities have different approaches and strategies regarding social and cultural challenges. Therefore, it is important to respect and consider these different perspectives while simultaneously combining efforts and seeking integrated and contextualized solutions to the social problems faced in each locality.

Keywords: Public Policies; Culture; Society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Municípios analisados e capital mineira	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Concepções do conceito de cultura	14
Quadro 2 — Categorias das perguntas elaboradas	22
Quadro 3 — Patrimônios materiais e imateriais preservados na cidade de Coronel Fabriciano	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Características da entrevista	21
Tabela 2 — Cidades e população na região do Vale do Aço e Vale do Rio Doce.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESITA	Aços Especiais Itabira
BH	Belo Horizonte
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
EBS	Evento Business Show
Expoagro	Exposição Agropecuária de Governador Valadares
FSECGV	Fundação Serviço de Educação e Cultura de Governador
FUNSEC	Fundação Serviço de Educação e Cultura
GV	Governador Valadares
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
ONU	Organização Das Nações Unidas
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PMGV	Prefeitura Municipal de Governador Valadares
PMI	Prefeitura Municipal de Ipatinga
PMT	Prefeitura Municipal de Timóteo
PPA	Plano Plurianual
SMCELT	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
SNC	Sistema Nacional de Cultura
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNB	Universidade de Brasília
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	CULTURA	13
2.2	POLÍTICA PÚBLICA	15
2.3	POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL.....	16
2.4	ECONOMIA CULTURAL	17
3	METODOLOGIA.....	21
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DAS EQUIPES	27
4.2	ASPECTO CULTURAL	28
4.2.1	FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES	28
4.2.2	Formação histórica da Secretaria de Cultura.....	29
4.2.3	Adesão popular	31
4.2.4	Impactos do incentivo à cultura na população.....	32
4.3	PANDEMIA E CULTURA.....	34
4.3.1	Lei Aldir Blanc.....	36
4.4	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	37
4.4.1	Captação de recursos.....	37
4.5	ASPECTO AMBIENTAL	38
4.5.1	Impacto das universidades.....	38
4.5.2	Parcerias público/privadas	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A — Questionário aplicado para funcionários da Secretaria de Cultura.....	46
	APÊNDICE B — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	48

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.¹

Além disso, a Declaração Universal da Diversidade Cultural da UNESCO afirma “(...) que a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua”.

Neste contexto, as políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das ideias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial (UNESCO, 2002).²

Adicionalmente, apesar da cultura não aparecer explicitamente dentre os 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis das Organizações das Nações Unidas (ONU) até 2030, o assunto encontra-se no coração das políticas de desenvolvimento sustentável.³

Nesse panorama, é de notória importância a preservação da cultura por parte do Estado; e as manifestações artísticas e culturais devem ser incentivadas e exploradas no âmbito federal, estadual e municipal.

Nos últimos anos, a pesquisa em política cultural tem se preocupado cada vez mais com economia, planejamento, participação e defesa das artes. Como exemplo podem ser citados os autores Cerqueira (2018) e Rubim e Tavares (2021).

Minas Gerais é um estado com características culturais marcantes no Brasil e segundo Oliveira (2023) cerca de 80% do turismo que se faz em Minas é turismo cultural⁴.

¹Definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998).

²Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>

³SAPOVA, Jasmina (2017). Editorial Correio da Unesco. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2017-april-june>

⁴Secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-apresenta-plano-e-projeto-para-fomentar-o-turismo-de-feno-estado>

O objetivo deste estudo foi analisar a trajetória das políticas de cultura na região do Vale do Rio Doce, em especial no município de Governador Valadares e Região do Vale do Aço, em relação aos setores cultural, econômico e ambiental, na percepção dos gestores públicos.

Na cidade de Governador Valadares, região do Vale do Rio Doce, são identificadas políticas de democratização da cultura em eventos como o “Valadares Jazz Festival”, acontecimento de entrada gratuita que tem como objetivo divulgar a música instrumental e, também, a existência do “Centro Cultural Nelson Mandela” (criado em 2014) onde acontecem exposições de pinturas e obras renomadas, além de ser um espaço de troca de saberes diversos. Trata-se de um espaço que “abriga um telecentro comunitário, a Academia Valadarense de Letras e a Biblioteca Municipal Professor Paulo Zappi” (PMGV, 2021, online). Adicionalmente, abrange também, a sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SMCELT).

O município de Ipatinga, região do Vale do Aço, de acordo com PCS (2021), possui grande parte de seus eventos culturais provenientes de investimentos feitos, principalmente pela multinacional USIMINAS⁵ – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – com manifestações, grupos teatrais dentre outros eventos, fazendo com que a cidade tenha sido considerada em 2012 como o segundo polo cultural do estado, atrás apenas da Grande BH.

Timóteo, outra cidade da região do Vale do Aço, teve sua primeira instalação em 1831 através do fazendeiro Francisco de Paula e Silva Santa Maria que se estabeleceu com sua família na região do Alegre. Em 1944 foi implantada a Cia ACESITA – Aços Especiais Itabira, e sua emancipação territorial, até então vinculada a Coronel Fabriciano, em 1964. A história de Timóteo se mistura com a privatização da empresa e a relação local com a indústria se fortifica, onde toda atividade cultural, esportiva e estrutural da cidade se dava pela empresa (PMT, 2022).

Coronel Fabriciano, considerada a “Terra Mãe” do Vale do Aço, abrigou os primeiros povoados urbanos do Vale do Aço. Inicialmente por trabalhadores da Estrada de Ferro Vitória a Minas, onde foi construída a Estação do Calado, onde foi estabelecido o núcleo urbano da cidade, deixando assim um rico patrimônio material e imaterial para a cidade. Na década de 1960, Coronel Fabriciano acompanhou o panorama musical do Brasil e do mundo com a formação de diversas bandas locais. Além da música a cidade passa a ter, ao longo dos anos,

⁵Empresa do setor siderúrgico, líder na produção e comercialização de aços planos.

um folclore rico e diversificado, tendo como principal manifestação cultura a Marujada dos Cocais (PMI, 2012).

Observa-se, após esta breve introdução, que os fatores culturais supostamente podem influenciar o comportamento econômico, a participação política, a solidariedade social e a formação e evolução de valores, mostrando assim a importância deste tema para análise das políticas públicas e planejamento municipal.

Este trabalho está dividido em 5 partes. Na primeira parte foi apresentada a introdução, com as devidas justificativas e objetivos do trabalho. Em segundo lugar, apresenta-se o referencial teórico a saber: cultura, políticas públicas, políticas públicas culturais e economia cultural. Em terceiro lugar, apresenta-se descrição da região a ser estudada, com características demográficas, sociais e ambientais. Em seguida foi apresentada a metodologia e fontes de coletas de dados. Por fim, são discutidos os resultados e sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CULTURA

Cultura é a combinação holística de crenças, valores e práticas aprendidas e compartilhadas que criam coesão em um grupo. É dinâmica, evoluindo com base nas necessidades das pessoas dentro dela e conforme uma cultura entra em contato com outra. Talvez devido à natureza ilusória do que constitui a cultura, as políticas culturais públicas carecem de objetivos claros, definitivos e consensuais (COSTA, 2008).

Thiry-Cherques (1997) explanando sobre a linha de raciocínio do sociólogo clássico Weber, afirma que cada cultura, em sua evolução, engendra uma racionalidade própria, que explica a cultura para si mesma. Desse processo, emergem os valores e, entre eles, uma ética, uma razão moral que convém a essa cultura e que a justifica.

A cultura é algo especificamente humano e é transmitida pela educação no sentido mais amplo dessa palavra; e, por isso, a sobrevivência de qualquer cultura particular "set-up" ou "padrão" é sempre precário. A qualquer momento a cadeia de transmissão pode ser quebrada (OLIVEIRA; ALVES, 2015).

De acordo com Rodrigues (2013, p. 48)

Cultura não é um termo desconhecido da Ciência Política, desde meados do século XX o termo é empregado corriqueiramente [...] Na Ciência Política o termo cultura pode ser sintetizado como algo moldado pelas condições sociais, econômicas e históricas da nação. Neste sentido, estudos culturais são particularmente importantes nos estudos concernentes à democracia e democratização, uma vez que analistas buscam identificar os requisitos culturais de uma democracia.

No entanto, as compreensões contemporâneas da cultura abrangem muito mais. A cultura permite tanto a unificação das pessoas quanto a divisão entre grupos. Ao mesmo tempo, é possível fazer parte de várias culturas (também conhecidas como subculturas) (RIBEIRO, 2010).

Para Weber, não só mudam as culturas como muda aquilo que reconhecemos como cultura. Quando tentamos compreender os valores de um indivíduo ou de um grupo, devemos considerar que esses valores correspondem a uma cultura particular, a uma visão do mundo diferente da nossa, e que ambas as culturas estão em transformação. Trata-se de uma equação indeterminada, com tantas variáveis quantas as incógnitas. (Thiry-Cherques, 1997).

A dificuldade em definir a história cultural reside fundamentalmente na dificuldade ainda maior em definir o que é o próprio objeto 'cultura'. Oliveira e Alves (2015, p. 10)

capturaram conceitos de alguns autores, permitindo assim, entender da melhor forma o significado de cultura, demonstradas no quadro 1.

Quadro 1 — *Concepções do conceito de cultura*

Autores	Concepções
Michel de Certeau	A imagem, a percepção ou a compreensão do mundo próprio a um meio (rural, urbano, nativo, etc) ou a uma época (medieval, contemporânea, etc.): Weltanschauung de Max Weber, Unit Idea de A.O.Lovejoy, etc. Essa concepção que atribui a “ideias” tácitas o papel de organizar a experiência aproxima-se talvez da estética social de Malraux, substituta das visões de mundo religiosas ou filosóficas.
	Comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadro e referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras. Desde E.B.Tylor (<i>Primitive culture</i> , 1871), este tornou-se um conceito-chave em antropologia cultural (cf. os <i>patterns of culture</i>). Há todo um leque de posições segundo se privilegiam as práticas e os comportamentos ou as ideologias e os mitos.
Terry Eagleton	Cultura como diferencial, no qual propicia uma diferenciação das distintas sociedades.
	A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último.
Roque de Barros Laraia	Nascemos com certas habilidades e adquirimos outras de acordo com o meio que vivemos. Essa dinâmica de aquisição de saberes e práticas é acumulativa;
	As mutações culturais são provenientes de fatores externos ou internos. As mudanças endógenas são consequências do próprio caráter de não estancamento da cultura e geralmente facultam alterações mais lentas. Já a transformação exógena é derivada de conotações com outras culturas, essa modificação é mais rápida e implacável.
Clifford James Geertz	O ser humano é um animal preso a uma teia com distintos significados que ele mesmo construiu, assumindo a questão cultural como sendo essas teias e suas análises; definindo então cultura como uma ciência interpretativa em busca de significados;
	A cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas" — para governar o comportamento.
Zygmunt Bauman	Cultura possui ao mesmo tempo um caráter conservacionista e mutável. Seu lado conservador preserva e se apresenta como ferramenta da perpetuidade, seu lado mutável representa o novo e a criatividade;

	A cultura humana é um sistema de significação e uma de suas funções universalmente admitidas é ordenar o ambiente humano e padronizar as relações entre os homens.
--	--

Fonte: Oliveira e Alves (2015).

A cultura deve ser pensada sob duas dimensões: antropológica e sociológica. No âmbito antropológico, leva-se em consideração a interação social que tem seus valores construídos na elaboração das formas de pensar e sentir (SOUZA, 2016). Para Michel de Certeau, a cultura oferece “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”. Ou seja, na dimensão antropológica, a cultura permite certa estabilidade e noção de pertencimento, através da criação de variados acúmulos de sentidos aonde os fatores que irão moldar estes sentidos são individuais e subjetivos, ligados a interesses profissionais, esportivos, de sexo, geração, étnico dentre outros (FARINA, 2019).

A dimensão sociológica trata a cultura basicamente como forma de socialização e seu viés referentes à aplicação dos costumes possuem a finalidade de atingir o aspecto do pertencimento a um determinado público, em outras palavras são hábitos institucionalizados que dão ênfase em si próprios. É nesse aspecto da cultura que as políticas culturais são focadas (GODOI; SANTOS, 2014).

As duas dimensões conversam entre si no momento da aplicação das políticas na sociedade, a antropológica como a militância necessária na apuração da importância de implementações de políticas culturais a fim de perpetuar ou consagrar certos hábitos e costumes naquela sociedade ou região. A dimensão sociológica evidencia a importância da delimitação de espaços que devem ser atingidos com aquela política e que permitirá o uso de outras ferramentas sociais, possivelmente econômicas, para a medição e implantação de mudanças na forma que a política é executada (OLIVEIRA; ALVES, 2015).

2.2 POLÍTICA PÚBLICA

De acordo com Souza (2006), o conceito de políticas públicas é amplo e não existe um correto ou o que melhor sintetiza. De acordo com Gottens *et al.* (2013, p. 512) política pública “refere-se ao estudo das ações realizadas, ou não, pelo governo, na tentativa de alcançar objetivos em relação a um problema ou conflito social”.

De acordo com Avelar (2013, p. 96).

Políticas públicas são linhas de orientação que um governo estabelece para o trato de determinada matéria de interesse da sociedade. A escolha de alguns caminhos em detrimento de outros espelha, na verdade, os princípios ideológicos da base política que sustenta os governantes. As prioridades dependem dos valores e da visão de mundo daqueles que ocupam os cargos de primeiro escalão de um governo, etambém da capacidade de articulação dos setores organizados.

Saravia e Ferrarezi (2006) definem que as políticas públicas são um conjunto de decisões orientadas a manter uma ordem social ou que irão provocar um desequilíbrio com o objetivo de modificar essa ordem.

Pensando nas políticas públicas como um campo interdisciplinar, deve-se levar em consideração as outras ciências que são importantes na aplicação das ações e seus sistemas de avaliação. Outro ponto é o desdobramento da aplicação das políticas em programas, projetos e, até mesmo, novas legislações como base de informação e pesquisas após a implementação onde são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (LOTTA, 2019).

Por fim, percebe-se, através dos autores supracitados que as políticas públicas buscam colocar as ações do governo em prática, analisar a ação e, se preciso, implantar mudanças na aplicação dessas ações.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL

Segundo a UNESCO (2021), o Brasil possui uma notável diversidade criativa de expressões culturais. Sua diversidade cultural pode ser uma questão central para o desenvolvimento de projetos no país, especialmente voltados para os povos indígenas e afrodescendentes.

A Constituição Federal de 1988 distribuiu a competência para prover acesso à cultura a todos os entes da federação. Através do Art. 216-A, a Constituição Federal de 1988, determina:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

O Sistema Nacional de Cultura – SNC, organizado em 2012 é um elemento que atende ao comando constitucional, pois representa um regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa (BRUM, 2021). O SNC trata-se de “um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os

entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade” (BRASIL, [s.d.] *online*).

A política cultural é a ação sistemática do estado no campo da cultura. As principais políticas públicas culturais na segunda metade do século XX são as relacionadas com a difusão e a produção cultural, sendo divididas em democratização da cultura e democracia cultural (LIMA; ORTELLATO; DE SOUZA 2013).

De acordo com a análise de de Souza (2018), referente ao que disse Ander-Egg, em 1987, sobre a democratização da cultura é que esta busca ampliar o acesso do público em geral à cultura e à vida artística, distribuindo os benefícios culturais para a população e diminuindo a desigualdade no acesso aos bens culturais e ao patrimônio histórico, para isso, propõe-se a distribuição das manifestações culturais da elite. No entanto, essa concepção de democratização da cultura se concentra principalmente no campo das artes "consagradas", deixando de lado outras formas culturais importantes.

A democracia cultural valoriza e apoia as culturas populares, ou seja, garante um subsídio e acesso às mais diversas formas de manifestações culturais. Porém antes destes tipos de políticas, que difundem uma cultura consagrada e valorizam práticas populares ou comunitárias, outras políticas já vinham surgindo (ABDALLA, 2021).

Assim, os defensores da democracia cultural criticam a democratização cultural por consubstanciar uma política feita para e pela elite, pois favorece a “cultura legítima”. Esta é uma atitude mais extrema exemplificada em relação à democratização cultural. Esses defensores afirmam que toda arte provoca um choque estético, não importa sua origem (DA SILVA, 2021).

Um exemplo destas políticas que já vinham surgindo são as de identidade e patrimônio, que atuam no sentido da invenção e institucionalização de tradições e costumes, buscando incluir valores no endosso estatal que indicam a valorização e continuidade a um passado comum. Quando se pensa nos problemas culturais, como problemas econômicos e sociais, pode-se tratar das demandas de forma mais objetiva, ou seja, são levados em consideração um dos princípios da gestão pública: a eficiência. Devido a estes motivos, será tratado um problema, tido como abstrato, de forma eficaz (MICHELON; MACHADO JÚNIOR; GONZÁLEZ, 2012).

2.4 ECONOMIA CULTURAL

Os estudos de cultura, às vezes substituídos por antropologia, e economia começaram totalmente divergindo, mas com o início do consumo de massa em meados do século XX, parecia que os dois estavam inextricavelmente ligados.

A terminologia “economia cultural” é nova, mas deriva de termos como “indústria cultural”, “indústrias culturais”, “indústrias criativas”, “indústrias culturais e criativas” e “economia criativa”. Este campo de atividade abrange o econômico e social/cultural, com fins lucrativos/sem fins lucrativos e formal/informal. A economia cultural possui uma estrutura organizacional incomum relacionada a um fluxo, ambiente de mudanças rápidas e de alto risco (PRATT, 2019).

Levando em consideração que diversas atividades culturais são monetizadas e integradas dentro da economia de um povo ou região, não se pode desmembrar os termos economia e cultura pois estes conversam entre si. Diversas atividades culturais geram valor de uso, de compra e venda, apresentando visões nitidamente econômicas nos seus processos desde a produção, passando pela distribuição, até o consumo. Por este motivo observa-se a importância das leis de incentivo para o mercado cultural (EBS, 2019).

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento legal de planejamento de longo prazo, estabelecendo prioridades e direcionando as ações do governo. O PPA estabelece – por um período de 4 anos e por região – as diretrizes, metas e objetivos de governo que orientarão a aplicação de recursos públicos e privados (quando oriundos de parcerias) para custeio e outros a ele associados e relacionados a programas continuados (BRASIL, 2020).

De acordo com Brasil (2020), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo quais programas, dentre os incluídos no PPA, terão prioridade no orçamento do próximo ano. A LDO também é responsável por: estabelecer metas fiscais para o Governo Federal; disciplinar a preparação e execução do orçamento anual; determinar mudanças na legislação juntamente com sua adequação orçamentária; regulamentar a dívida federal e as despesas de pessoal e sociais da União; estabelecer políticas de investimento dos órgãos financeiros oficiais; regulamentar sobre fiscalizações do Legislativo e sobre obras ou serviços com indícios de irregularidades graves; e outras disposições gerais.

A LOA estima as receitas e estabelece o valor que o governo federal está autorizado a gastar durante o ano. A LOA deve ser compatível com LDO e PPA, podendo ser alterada por faturas de créditos adicionais. A LOA é constituída pelo orçamento Fiscal e da Segurança Social, bem como pelo orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou

indiretamente, detenha a maioria das ações com direito a voto (GIACOMONI, 2021). Ela indica a concretização das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo as receitas e fixando as despesas (COLOAUTO et al., 2013).

De acordo com Alonso (2012, p. 8)

A Lei Rouanet é uma lei de incentivo fiscal que permite que as empresas invistam até 4% dos seus impostos – baseados no lucro real – no patrocínio de projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. Ao patrocinar estes projetos, as empresas podem ter seu nome vinculado a eles e, consequentemente, fortalecer sua marca e ampliar sua visibilidade no mercado.

A Lei Aldir Blanc⁶ foi sancionada em 29 de junho de 2020 com o objetivo de conceder auxílio financeiro emergencial ao setor cultural durante a pandemia da COVID-19. A lei foi batizada com o nome do compositor e escritor Aldir Blanc, falecido em maio de 2020, vítima da doença. Esta lei possui 21 artigos e estabelece ações emergenciais para apoiar os trabalhadores da cultura e manter os espaços culturais durante a pandemia.

Na aplicação da lei, foi realizada a criação de um mapa cultural para identificação e mapeamento de agentes, espaços e iniciativas culturais em todo o país, a fim de conceder a liberação de recursos financeiros para manutenção destes espaços que tiveram suas atividades suspensas durante a pandemia. Além disso, foi concedido uma renda emergencial de R\$ 600,00 mensais para trabalhadores do setor cultural, como artistas, produtores, técnicos e gestores culturais, entre outros, que também tiveram suas atividades interrompidas durante a pandemia.

De acordo com de Almeida (2022), o projeto de lei que originou a Lei Aldir Blanc foi construído sobre quatro "pilares" fundamentais. Do ponto de vista técnico, explora-se os pilares da universalização, desburocratização e descentralização. A universalização significa que a lei deveria abranger todas as formas e fazeres culturais, sem priorizar nenhum em particular. A desburocratização diz respeito à criação de processos de repasse de recursos simplificados e com poucas exigências fiscais ou burocráticas, sem perder o rigor com a administração pública. Já a descentralização refere-se ao repasse dos recursos a partir do governo federal para os estados e municípios, para que estes executassem a política localmente, estando próximos dos territórios e entendendo as demandas específicas de suas localidades.

O pilar filosófico, ainda de acordo com de Almeida (2022), seria o da emergência, que envolve a necessidade de uma resposta imediata e urgente. Assim, a Lei Aldir Blanc buscou

⁶Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020.

atender à urgência do momento de crise que o setor cultural enfrentava, e também buscou incentivar a produção e a valorização da cultura brasileira em toda a sua diversidade e riqueza, em todo o território nacional.

A realização de editais, chamadas públicas e prêmios para fomentar atividades culturais durante a pandemia, com o objetivo de promover a produção artística, a formação cultural e a democratização do acesso aos bens culturais foram bastante exploradas. Esta lei foi uma importante iniciativa do governo brasileiro para apoiar o setor cultural durante a pandemia da COVID-19, garantindo a sobrevivência de trabalhadores e espaços culturais e promovendo a produção artística e o acesso à cultura em todo o país, durante o período da crise sanitária.

Nos últimos 20 anos, a cultura como setor produtivo tem desempenhado um papel cada vez mais importante nas economias nacionais. As atividades e indústrias culturais estão se tornando motores de crescimento, permitindo a diversificação das economias nacionais, gerando renda e criando empregos nas economias em desenvolvimento, emergentes e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento – OCDE (LEITE; SILVESTRE, 2019).

A discussão sobre o fazer artístico abre as portas para um discurso mais aprofundado sobre a valorização da criatividade. A nova economia cultural derivou da rejeição de uma abordagem excessivamente utilitária e prática do valor (MELO, 2017).

3 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de caso. Em um estudo de caso, quase todos os aspectos da vida e da história do sujeito são analisados para buscar padrões e causas de comportamento (VENTURA, 2007).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo. O método utilizado para esta pesquisa foi o exploratório de caráter qualitativo, que, segundo Lakatos e Marconi (2008) pressupõem uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano. [...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos. De acordo com Gil (2010) a pesquisa exploratória ajuda a proporcionar maior familiaridade com o assunto a que se deseja abordar.

Foram coletados e analisados dados relacionados às políticas de cultura das regiões do Vale do Aço e Vale do Rio Doce, levando em consideração três eixos: setores cultural, econômico e educacional. Estes dados foram coletados através de entrevista estruturada com funcionários das secretarias das prefeituras municipais responsáveis pela cultura nas regiões supracitadas. Uma entrevista estruturada é um método de coleta de dados que se baseia em fazer perguntas em uma ordem definida para coletar dados sobre um tópico (GIL, 2010).

Os entrevistados foram selecionados por trabalharem com a cultura na secretaria referente a esta área de cada uma das prefeituras das cidades, desta forma eles puderam passar as informações das operações de cada atividade e sobre o olhar subjetivo de cada gestor sobre a cultura.

As quatro entrevistas (com seis gestores) aconteceram entre as datas de 17 de junho de 2021 a 8 de julho de 2021 e todas foram gravadas mediante autorização para que depois pudessem ser transcritas. As características das entrevistas estão citadas na tabela 1 e descritas a seguir.

Tabela 1 — Características da entrevista

Cidade	Duração	Data	Formato
Governador Valadares	1 hora e 04 minutos	17 de junho de 2021	Online
Ipatinga	1 hora e 25 minutos	18 de junho de 2021	Presencial
Timóteo	1 hora e 03 minutos	22 de junho de 2021	Presencial

Coronel Fabriciano	58 minutos	08 de julho de 2021	Presencial
--------------------	------------	---------------------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A primeira entrevista foi feita com o secretário de cultura de Governador Valadares no dia 17 de junho de 2021, teve duração de 1h04min e foi realizada remotamente. A segunda entrevista foi realizada com os gestores da cultura de Ipatinga, no dia 18 de junho de 2021. Nesta entrevista, o autor deste trabalho, se deslocou até a Secretaria de Cultura na Prefeitura Municipal de Ipatinga e conversou pessoalmente com os gestores. A terceira entrevista foi feita com o subsecretário de cultura de Timóteo, no dia 22 de junho de 2021 e também realizada presencialmente no prédio da Secretaria de Cultura. A última entrevista, realizada no dia 08 de julho de 2021, teve duração de 58min e foi realizada presencialmente na Secretaria de Cultura de Coronel Fabriciano, onde funciona o Museu da Cidade.

O conteúdo das entrevistas foi analisado por intermédio de análise de conteúdo após a transcrição das entrevistas e levando em consideração as categorias criadas a priori. Segundo Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), usando a análise de conteúdo, os pesquisadores podem quantificar e analisar a presença, significados e relacionamentos de certas palavras, temas ou conceitos.

As categorias e subcategorias elaboradas previamente, juntamente com os temas analisados em cada uma delas estão dispostas no quadro 2:

Quadro 2 — Categorias das perguntas elaboradas

Categorias	Subcategorias	Temas Analisados
Perfil dos entrevistados e da equipe	-	Formação dos entrevistados; Cargo; Trajetória até a ocupação daquele cargo; Percepção de cultura;
Formação histórica cultural	-	Formação histórica das cidades; Caracterização dos municípios; Importância da região;
Relação população x cultura	-	Conselhos de cultura; Adesão às atividades culturais; Geração de empregos; Interseccionalidade das políticas

		públicas;
Orçamento	-	Plano decenal de cultura; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual; Lei Orçamentária Anual; Orçamento participativo; Dificuldades orçamentárias; Retorno financeiro;
Impactos socioeconômicos	Na população No município	Geração de empregos; Geração de valor; Interseccionalidade das políticas públicas; Diminuição da vulnerabilidade social; Valorização das práticas culturais locais; Economia criativa;
Parcerias com instituições	Privadas Públicas	Importância das parcerias; Responsabilidade Socioambiental; Preservação da cultura;
Impacto da pandemia	Lei Aldir Blanc Diferenças entre antes e depois da pandemia	Mapeamento das atividades culturais; Dificuldades encontradas; Adequação; Cortes; Distribuição dos recursos da Lei Aldir Blanc;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Foram incluídos na pesquisa os profissionais que aceitaram participar de forma voluntária através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

Os resultados foram apresentados através de texto relacionado às respostas do entrevistado, devido exatamente às perguntas terem sido elaboradas de maneira simples e objetiva, bem como conclusão do autor da pesquisa.

Optou-se por realizar alteração dos nomes dos entrevistados, substituindo os nomes reais, por nomes fictícios, onde optou-se por utilizar nomes de figuras históricas

importantes de cada cidade estudada. Essa escolha teve como objetivo estabelecer uma conexão afetiva entre os entrevistados e suas cidades, de forma a preservar sua privacidade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir de entrevista estruturada realizada com funcionários das secretarias municipais responsáveis pela cultura de 4 cidades da região do Vale do Aço e do Vale do Rio Doce, foram encontrados os resultados para posterior análise. As cidades envolvidas neste estudo tratam-se de Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Governador Valadares (tabela 2).

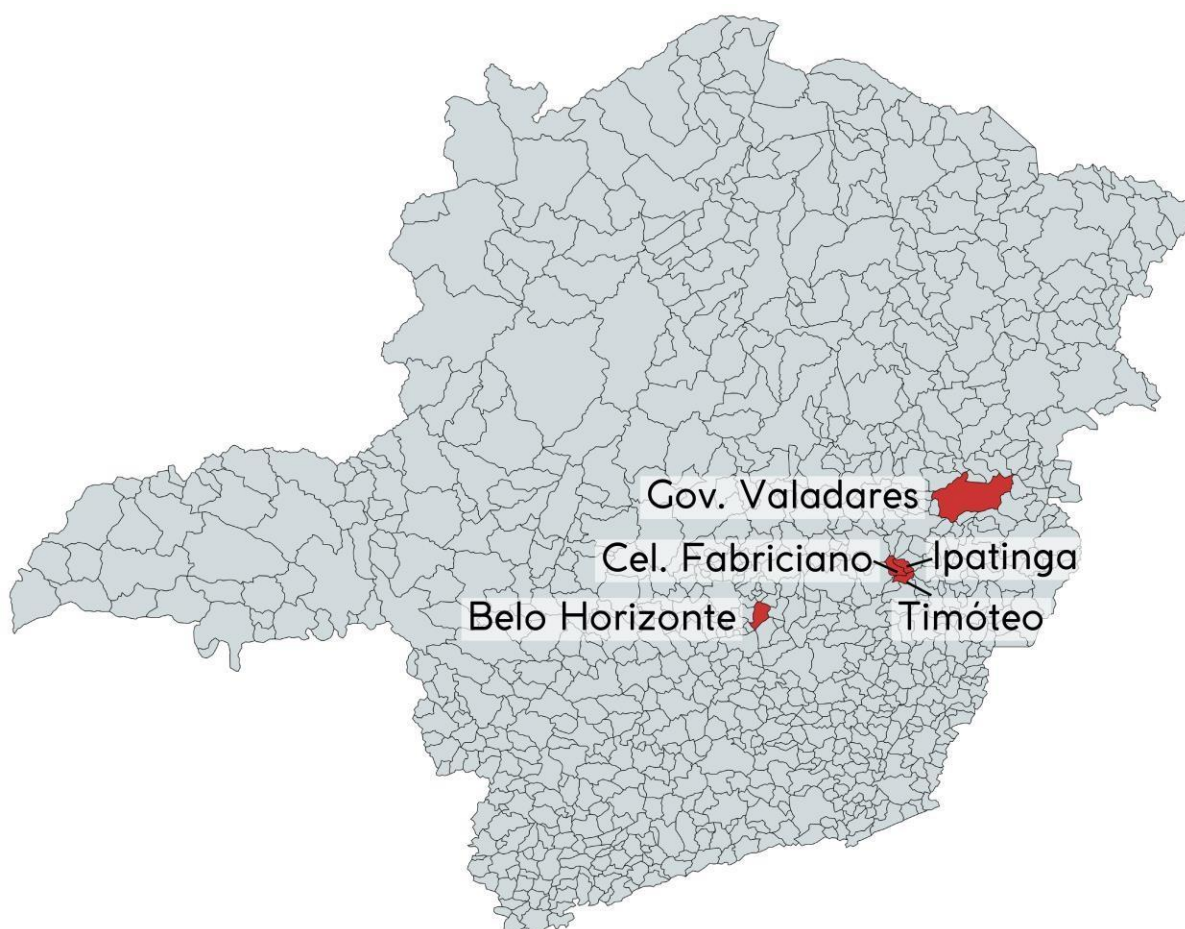
Tabela 2 — Cidades e população na região do Vale do Aço e Vale do Rio Doce

Cidade	População (em 2021)
Coronel Fabriciano	110.709 pessoas
Governador Valadares	282.164 pessoas
Ipatinga	267.333 pessoas
Timóteo	91.268 pessoas

Fonte: IBGE (2021).

Timóteo encontra-se a uma distância aproximada de 221 km da capital mineira, Belo Horizonte. Coronel Fabriciano, por sua vez, está a uma distância de aproximadamente 225km, enquanto Ipatinga está a distância de 232 km e Governador Valadares encontra-se a aproximadamente 335 km da capital. As disposições geográficas de cada cidade estão dispostas na figura a seguir (Figura 1), evidenciando também a capital mineira, Belo Horizonte.

Figura 1 — Municípios analisados e capital mineira



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A entrevista em Governador Valadares foi feita remotamente (via *meet*⁷) devido ao deslocamento, visto que o estudante retornou à cidade natal (Timóteo), devido a pandemia e as outras foram feitas presencialmente dentro do prédio onde as secretarias se encontravam, seguindo os protocolos de segurança do COVID-19.

A entrevista foi baseada em um roteiro (APÊNDICE A) feito previamente, que contou com a análise de profissionais da área da cultura a fim de tornar a captação de informações mais eficientes para a construção deste trabalho.

O roteiro da entrevista foi elaborado de forma que pudesse captar informações sobre os seguintes temas/categorias:

1. Perfil dos entrevistados e da equipe
2. Formação histórica da cidade
3. Relação população x cultura

⁷Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google

4. Planejamento (conselhos de cultura, adesão da população, orçamento)

5. Impactos da pandemia (lei Aldir Blanc)

A partir da entrevista e o direcionamento/intervenções do entrevistador foi possível captar as informações acerca dos temas desejados.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DAS EQUIPES

Em Governador Valadares - GV, o Secretário de Cultura (Serra Lima – nome fictício) é um homem de 27 anos que possui graduação em psicologia, é ator e trabalha com arte terapia. Ele é natural da cidade de GV e é contratado desde 01/01/2021 como Secretário de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo, Igualdade Racial e Diversidade, que atuava como diretor de cultura anteriormente. A secretaria tem 132 funcionários sendo que 65 fazem parte da cultura, desde funcionários contratados quanto concursados. As escolaridades variam entre nível médio, que lidam com questões administrativas, até nível superior, tais como, Arquitetos para lidar com questões de patrimônio histórico, Jornalista, Administradores, Profissional de Educação Física e Assistente Social. O Secretário considera que a quantidade de funcionários é suficiente no viés da gestão pública, porém, para um apaixonado por cultura, considera que é pouco.

Em Ipatinga, os entrevistados possuem 37 e 38 anos. João Lamego Neto (nome fictício) trabalha na cultura há 8 anos, é artista, formado pela Universidade de Brasília - UNB, servidor público estadual, onde atua como Professor de Artes convocado e, também municipal onde exerce a função de Supervisor Técnico de Patrimônio e Cultura e Pedro Nolasco (nome fictício) é servidor público de carreira locado na educação, mas há 3 anos trabalha com a cultura. Na Secretaria trabalham 13 pessoas e é dividida em 3 diretorias que são: de cultura, esporte e equipamentos públicos. Cada uma com sua equipe que, totalizam 50 pessoas. Eles consideram que não é suficiente por apresentar uma demanda grande e faltar profissionais especializados como Arquiteto, Advogado para serem exclusivos da secretaria.

Em Timóteo o Secretário de Cultura Francisco de Paula (nome fictício) possui graduação em Educação Física com especialização e possui mestrado em estudos do lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Possui 53 anos e é natural de Timóteo. Ele possui experiência em gestão pública e o cargo é comissionado. A secretaria é de educação, cultura, esporte e lazer e possui dois braços específicos: subsecretaria municipal de educação e a subsecretaria municipal de cultura, esporte e lazer que é pela qual o entrevistado

responde. Ele avalia que a equipe é insuficiente e que seria necessário possuir, além de mais pessoas, funcionários mais instruídos e especializados. Atualmente, trabalham 4 funcionários: ele, que é o Subsecretário, dois servidores e uma estagiária.

Em Coronel Fabriciano, os entrevistados são Fernandes Tourinho (nome fictício) que possui graduação em História e é professor da rede pública e trabalha há 20 anos na área de cultura e Patrimônio Cultural do município como servidor público e Guilhermina Ribeiro (nome fictício) que é conhecida na cidade por ter possuído uma escola de dança onde realizava diversas apresentações em todo o Vale do Aço, de forma gratuita e também espetáculos privados, e hoje faz parte da Secretaria de Cultura. Além disso, ela possui um ex- aluno, de origem humilde, que estudou na academia de dança de Bolshoi. A equipe do Departamento de Cultura é composta por 8 funcionários e eles avaliam que a quantidade de servidores não é suficiente para a execução das atividades.

4.2 ASPECTO CULTURAL

4.2.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES

Nesta subcategoria, apresenta-se o contexto histórico das quatro cidades resumidamente.

Governador Valadares - Para Serra Lima (nome fictício) a cidade de GV tem uma característica que difere da maioria das cidades de MG, que é o fato de ter crescido em torno de um rio e não de uma igreja. Como a cidade fica no meio entre a região do ouro e a região da foz do rio, ela possui a característica de ser uma cidade de passagem, o que marca a identidade do município até hoje. GV, segundo ele, é uma cidade de ciclos, sendo responsável pela emancipação cultural e social do município, tem o ciclo da madeira, que alimentou vários setores no Brasil todo, ciclo da cana de açúcar (Açucareira), ciclo da carne, onde tem se registros que a carne de GV alimentou São Paulo e Rio de Janeiro sozinha por muito tempo, por isso o aspecto coronelista da cidade ser tão marcante. Após isso, temos o ciclo da mica, que permitiu, além do desenvolvimento da internet na América do Norte, a produção de armase bombas. Depois disso, o dólar fica em alta e, conseqüentemente, o ciclo das pessoas se inicia. Ciclo esse que é até hoje a maior marca da cidade, a imigração da população.

Ipatinga - No século XVIII, a partir do extermínio de povos e da cultura indígena, os bandeirantes foram desbravando a rota do ouro e da exploração mineral. Ipatinga surgiu no

início do século XX com os tropeiros e formaram o Povoado de Ipaneminha que, com barcos, exploraram o Rio Doce e o Rio Piracicaba e foram povoando as matas e trazendo aspectos da cultura deles para o espaço. Aspectos da cultura seriam o congado, a celebração de Nossa Senhora do Rosário e hoje essas características são a maior marca da identidade cultural do município. A partir dos anos 30, outros povos começaram a vir a fim de explorar o carvão mineral e, posteriormente, o aço. Ocasinou com isto a inauguração da USIMINAS, principal indústria na cidade e região que emprega vários trabalhadores e foi responsável pelo *boom* populacional pois pessoas vinham para a cidade para trabalhar na empresa e com isso, constituíam bairros grandes da cidade, que antes eram apenas dos trabalhadores. Os aspectos culturais foram sendo adicionados na cidade a partir da USIMINAS, com a instalação da primeira academia de balé, pela Sra. Zélia Olguim e a cultura japonesa na cidade pois estes emigraram para o município para trabalharem na indústria. É inegável que a USIMINAS é uma grande transformação tanto para o início da cidade quanto de fomento. Ipatinga foi considerado em 2012 o segundo polo cultural do estado, atrás apenas da Grande BH, devido aos investimentos feitos, principalmente pela USIMINAS.

Coronel Fabriciano - A cidade de Coronel Fabriciano foi o primeiro núcleo urbano do Vale do Aço devido a construção da estrada de Ferro Vitória Minas. Além disso, a indústria siderúrgica foi instalada em 1936, propiciando o aumento da população e consequentemente, após isso, a emancipação do município em 1948. Nas décadas seguintes, as indústrias ACESITA e USIMINAS foram sediadas no município e permitiram o crescimento da cidade, porém quando, em 1964, os municípios de Ipatinga e Timóteo se emanciparam, as indústrias passaram a ser destes respectivos municípios.

Timóteo - O município deixa de ser um território vinculado a Coronel Fabriciano em 1964 e passa a ser um município emancipado. A partir disso, a história se mistura com a privatização da APERAM e a relação do local com a indústria se fortifica, onde, toda atividade cultural, esportiva e estrutural da cidade se dava pela empresa. Tanto que a cidade possui a atribuição de capital do inox, pois, de acordo com o entrevistado, ela é a mola propulsora da economia local e se pensarmos na extinção da Aperam⁸, vê-se que terá um impacto imensurável na economia.

4.2.2 Formação histórica da Secretaria de Cultura

⁸Empresa que produz e comercializa aços inoxidáveis, aços elétricos e aços especiais.

Governador Valadares - A primeira notícia que se tem de um órgão cultural na cidade de GV é a Fundação Serviço de Educação e Cultura (FUNSEC) que cuidava de turismo, cultura, esporte e meio ambiente. A importância de gerir a cultura municipal a partir de uma visão tripartida em social, econômica e cultural é de ir encontro a questões de vulnerabilidade e de construção social do modo de vida da população. A FUNSEC foi chamada inicialmente como Fundação Serviço de Educação e Cultura de Governador Valadares – FSECGV, autorizada sua criação com a Lei 1.338 sancionada em 17 de fevereiro de 1967. Tinha como objetivo prestar assistência educacional e cultural à população de GV. Somente mais tarde passou a ser denominada FUNSEC (PMGV, 2020). A secretaria sempre esteve envolvida nos projetos. Um projeto da década de 1990 que está ativo até hoje é relacionado ao patrimônio histórico. Em 2011, o governo federal tentou criar o Sistema Nacional de Cultura, que chegou a ser sancionada e tramitado na câmara, porém não foi para frente devido à falta de regulamentação e estrutura de organização dos repasses de recursos que dificultou que o sistema se auto gerisse. Antes da instituição do sistema nacional de cultura, as demandas culturais eram feitas por políticas de governo e iam de encontro ao viés cultural. Foram feitas várias tentativas para estruturar um conselho municipal de cultura, porém não obteve quórum da sociedade civil.

Ipatinga - Desde o mandato do prefeito Jamil em 1964, quando a cidade se tornou cidade de fato com 01 ano, o município já tinha a biblioteca pública municipal, institucionalizada, onde foi instituída uma lei para reger a biblioteca. Porém, mesmo existindo o fomento à cultura, a secretaria fazia parte da secretaria de educação e apenas em 2007 foi criada uma secretaria para a cultura especificamente.

Timóteo - Com o fortalecimento da relação da APERAM com o município, começa-se a pensar na forma mais orgânica de como pensar o sistema cultural. Em 2018, é registrado o primeiro bem imaterial (Corporação Musical Santa Cecília) da cidade, no qual foi materializado o reconhecimento das manifestações culturais e apenas no ano de 2018 é que foi instituída uma lei neste sentido. É importante pois faz-se necessário a elaboração de um documento salientando a forma como aquele bem deverá ser guardado e reconhecido publicamente. De 2010 a 2014, existia uma secretaria específica de cultura, porém em 2014, o prefeito entendeu que não era necessário e, além de acabar com a secretaria, incluiu a gerência na secretaria de educação. Em 2019, foi criado um espaço para discutir cultura juntamente com esporte e lazer. Em agosto de 2020, foi instituído um fórum legítimo de discussão que é o conselho municipal de políticas culturais.

Coronel Fabriciano - A secretaria de cultura e o início do fomento público à cultura na população se deram nos anos 90. O museu da cidade foi aberto em 1984 e existe até hoje. Devido ao fato de a cidade ter sido, na formação da região, o principal polo urbano, é possível identificar os impactos e incentivos culturais da época. A principal atividade cultural da época da formação era a religião, por este motivo, diversos patrimônio materiais e imateriais foram preservados (Quadro 3) e é possível perceber a influência do cristianismo nas manifestações culturais e nas atividades de aglomeração das pessoas.

Quadro 3 — Patrimônios materiais e imateriais preservados na cidade de Coronel Fabriciano

Patrimônios materiais	Patrimônios Imateriais
CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA	ASSOCIAÇÃO DE MARUJOS DA SERRA DOS COCAIS
CAPELA SÃO JOSÉ	BATUQUE
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	FESTA DO ROSÁRIO
MATRIZ SÃO SEBASTIÃO	NOITE DA PROSA
COLÉGIO ANGÉLICA	GRUPO DE ESCOTEIROS TAPAJÓS
SALÃO PAROQUIAL	ROTA DOS SABORES
GRUPO ESCOLAR PEDRO CALMON	ARRAIÁ DO BASTIÃO
MONUMENTO DOS TROPEIROS	CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
SOBRADO DOS PEREIRAS	CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
MONUMENTO TERRA MÃE	COMEMORAÇÕES DA SEMANA SANTA
MONUMENTO DIREITOS HUMANOS	COMEMORAÇÕES DE CORPUS CHRISTI
TEATRO JOÃO PAULO II	CERÂMICA MALACABADO
CASA DE HÓSPEDES - (FAZENDINHA) DO INSTITUTO CATÓLICO DE MINAS DE GERAIS	
QUADRO ÚLTIMO TREM	

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em informações dos entrevistados (2023)..

4.2.3 Adesão popular

Em GV, um levantamento feito entre setembro de 2018 e setembro de 2019 mostrou que eram realizados pelo menos 2 eventos abertos ao público por dia na cidade e, no ano teve uma média de 700 eventos. Estes eventos possuem um público de mais de 300 mil pessoas, ou seja, toda a população teve contato com pelo menos um destes eventos.

A cidade de Ipatinga possui conselhos de cultura, um para cada segmento (artes cênicas, música, patrimônio histórico e artístico) que acompanham, discutem, fiscalizam e levam as demandas aos responsáveis. As ações são pensadas todo início de ano para serem aplicadas durante o próximo ano. Em janeiro, as ações pensadas são executadas e em dezembro é feito um levantamento das metas atingidas para que se possa verificar se as decisões tomadas no início do ano serão suficientes. A adesão popular em Ipatinga é caracterizada como muito forte pelos gestores, principalmente pelo fato de que Ipatinga é referência para todas as 24 cidades do colar metropolitano, conseqüentemente, turistas dessas cidades também comparecem às atividades.

Antes da implantação da Lei Aldir Blanc em 2020, o município de Timóteo não tinha um conselho, organizado, ativo e atuante para receber recursos. Hoje o município já possui um conselho ativo, funcionando com reuniões regulares bimestrais para fazer essa organização tanto com o representante do poder público como da sociedade civil, porém isso é muito recente. As reuniões do conselho de cultura, formado em 2019, aconteciam a cada 2 meses de acordo com a legislação e o regime interno. O prefeito, quando eleito, determinou que todos os conselhos fossem reativados e referentes à secretaria de cultura, o entrevistado Francisco de Paula confirma a existência de 03: conselho do patrimônio que cuida do patrimônio material e imaterial, além da feira livre, Banda Santa Cecília, as manifestações de conga, o carnaval; conselho municipal de políticas culturais que trabalha com música, violão, teatro e dança; conselho municipal de esporte e lazer.

A adesão da população Fabricianense sempre foi considerada pelos gestores como satisfatória e grande. Eles sempre conseguiam receber pessoas, até mesmo de outras cidades do Vale do Aço, para consumirem e participarem das atividades realizadas pela Secretaria de Cultura. Outro ponto importante levantado por eles é a grande adesão dos produtores culturais e da população artística da cidade que confiam nos gestores públicos culturais para realizar as atividades.

4.2.4 Impactos do incentivo à cultura na população

O esporte, em GV, é o grande responsável por tirar pessoas de situações de vulnerabilidade social. A cultura é caracterizada mais por gerar emprego, renda e desenvolvimento na população. Serra Lima divide o incentivo à cultura, no âmbito da sociabilidade, em duas vertentes: manter a população ocupada ou empoderar a população, gerando renda. Ou seja, de forma assistencial ou de forma empreendedora. Ele cita um exemplo:

"A gente tem um grupo de crianças que vão para debaixo do viaduto fazer uso de drogas e cantar 'rap'. Temos dois tipos de intervenção que a cultura pode fazer ali: a gente pode fazer uma intervenção social que é chegar, dar pra eles uma caixa de som com microfone para que eles possam realizar as atividades de maneira melhor. Às vezes oferecer uma oficina de 'rap', uma oficina de dança de rua, essa é uma opção. Ou eu posso ir até eles, conhecer a qualidade do trabalho deles, tentar gravar um *cd* com eles ou colocar um single na internet, gravar um vídeo com eles no *you tube*, pedir pra eles divulgarem esse vídeo, monetizar a partir disso e quem sabe gerar alguns shows, apresentações pagas para eles. Eu quero manter uma oficina bonitinha de dança ou de teatro para a criança sair da rua ou eu quero que ela faça uma oficina de teatro ou de dança para concorrer a uma bolsa de dança no Bolshoi ou no Wolf Maia?"

Para os gestores de Ipatinga, a cultura tem o papel de "informar, formar e transformar" (citação direta da entrevista). Além disso, a economia criativa nas atividades culturais, como por exemplo, a Feirarte⁹, possibilita a geração de renda e o desenvolvimento do empreendedorismo das famílias que vendem artesanatos, comida ou qualquer outro produto/serviço em uma atividade desenvolvida pela cidade com a finalidade de preservar a cultura do município. Impacta também na geração de renda para mulheres.

O secretário de Timóteo pensa que se deve estimular e começar a levar em consideração, como a cultura, o esporte e o comércio, podem afetar, grandemente, a economia e não apenas a indústria, que é o principal atualmente. O secretário considera importante entender a cultura muito além de realização de eventos, mas como uma ferramenta do fortalecimento da história e tradição de uma cidade. O secretário acha que o discurso de tirar as pessoas do envolvimento com as drogas é uma falácia e um discurso sem sustentação, pois, segundo ele, não foi o esporte e nem a cultura que colocou aquela pessoa ali então não vai ser ele que vai tirar. Ele acredita que a cultura e o esporte são ferramentas complementares à formação do cidadão e devem ser aplicadas e estimuladas na escola, por exemplo, para que os cidadãos se tornem pessoas com bom senso crítico e façam boas escolhas. Para ele, cultura e esporte são complementares a um conjunto de políticas públicas pois "não adianta eu oferecer

⁹Feira de Artes e Artesanatos de Ipatinga é um espaço de divulgação do artesanato produzido por artistas locais. Além disso, promove a interação da comunidade com a cultura local e é palco de apresentações artísticas em diversas modalidades, além das tradicionais barracas com diversas opções gastronômicas.

acesso para uma criança [...] de fazer uma escola de teatro, uma iniciação musical se ela por exemplo não tem uma boa escola convencional, se ela não tem saneamento básico se ela não tem acesso à saúde, se ela não tem naquele território que ela mora segurança pública”. Para ele, as políticas públicas devem conversar entre si para que possam ser mais eficientes. Além disso, ele acredita que se não seja garantido o acesso à cultura e, principalmente, à valorização histórica, Timóteo será uma cidade sem cara, sem identidade e que o papel da cultura é garantir o acesso às manifestações e aos bens culturais que a cidade tem, preservando a história e tradição.

As políticas públicas culturais implementadas pelo município de Coronel Fabriciano visam promover e valorizar a cultura local, incentivar a criação artística e cultural, e conscientizar a população sobre a importância do patrimônio cultural. Essas iniciativas, de acordo com os entrevistados, contribuem para o desenvolvimento cultural, social e econômico da cidade. A adesão populacional, por ser considerada pelos gestores como satisfatória, é um fator importante para o sucesso de políticas públicas culturais em Coronel Fabriciano, pois a participação ativa da população local é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura forte e diversificada na cidade. Os entrevistados entendem que quando a população se envolve nas atividades culturais e valoriza a cultura local, isso pode incentivar a criação de novas iniciativas e a melhoria das políticas já existentes. Outra iniciativa importante é o incentivo à formação de grupos culturais e artistas locais, que recebem apoio financeiro e estrutural para realizar apresentações e projetos culturais dentro e fora da cidade.

4.3 PANDEMIA E CULTURA

Antes da pandemia as pessoas não procuravam a secretaria de cultura de Governador Valadares. A Prefeitura de GV tem um cadastro de 300 empresas e coletivos cadastrados que antes da pandemia, 80% nunca tinham procurado a secretaria, ou seja, a pandemia possibilitou ajudar o setor econômico e melhorou o diálogo da secretaria com a população. A partir da pandemia de COVID-19, a relação das empresas que usufruem da secretaria melhorou bastante, o que permitiu formar uma rede de participação mais efetiva. Pós pandemia, o setor de cultura, no geral, se vê bastante prejudicado, porém Serra Lima acredita que após a pandemia, acontecerá um *boom* no setor de cultura, principalmente no turismo.

As atividades culturais na pandemia, no município de Ipatinga, foram focadas nas redes sociais, realização de lives, visualização de vídeos, o que, para os gestores, por serem

remotas e apenas remotas, acabou se tornando maçante, passando a não ter mais tanta adesão do público, como acontecia antes da pandemia. Ele julga que o setor cultural foi o mais prejudicado pois foi o primeiro a parar e o último a voltar. Isso gera um desgaste para todos os envolvidos, tanto para o artista, quanto para o gestor e até mesmo o espectador de um filme, show, espetáculo ou qualquer outra aglomeração com finalidade cultural. Além disso, as atividades culturais que passaram a ser executadas demandam muito trabalho para pouco retorno. As reuniões dos conselhos foram dificultadas pois depende de uma tecnologia que nem todos têm acesso e ainda tinha a necessidade de colher a assinatura dos participantes de forma presencial. A adesão da população Ipatinguense às atividades culturais diminuiu, pois as pessoas começaram a se resguardar e acompanhar de forma remota. O principal cartão postal da cidade, o Parque Ipanema, que é um ponto de encontro e troca de culturas, teve que ser fechado pois foi uma forma de controlar a aglomeração no local. Mesmo a aglomeração, o trânsito de pessoas e informações serem um dos objetivos do parque, foi necessário interditá-lo pois a segurança era uma necessidade maior durante a pandemia. Os gestores entendem que a cultura teve um papel importante na conscientização do que é a pandemia, a partir de ações eles tinham a intenção de alertar sobre a importância de usar máscara, álcool em gel e até mesmo a vacina.

O secretário de Timóteo pensa que a cultura é uma cadeia produtiva que incentiva a economia local. Ele acredita que com a pandemia de COVID-19, a cultura tenha sido uma das principais áreas afetadas, pois foram produtores, artistas, restaurantes e transportes que dependiam da cultura e foram desautorizados a funcionar. Para ele, esta inércia cultural promovida pela pandemia, ocasionou um prejuízo grande no PIB nacional e na economia. O Ginásio poliesportivo ficou fechado por um tempo de 15 meses pela pandemia. A cultura e o esporte são, para o secretário, atividades promotoras de aglomeração e que, até junho de 2021, não havia qualquer possibilidade de retomar atividades presenciais e, por este motivo, as atividades eram realizadas no âmbito virtual, inclusive a transferência de recursos do auxílio emergencial da cultura era baseado neste formato de projetos virtuais. Ele afirma que, com essa questão da pandemia e mesmo quando a maior parte da população estiver vacinada e tiver uma autorização sanitária para realizar o evento, as pessoas ficarão receosas a participar, então pensa-se em outra estratégia para que aconteça uma retomada gradual e as pessoas sejam reeducadas e recondicionadas a participar de eventos.

Antes da pandemia, o município de Coronel Fabriciano realizou o cadastro de empresas, artistas e espaços culturais para que pudessem realizar o controle dos produtores

culturais da cidade e foi a partir deste cadastro que eles conseguiram realizar o repasse da verba destinada à Lei Aldir Blanc. Grande parte das atividades culturais durante a pandemia acontecia com a promoção e estímulo das mídias sociais e das plataformas online, ou seja, a partir do fomento das redes sociais de instituições eram possíveis realizar shows online, onde o espectador não precisava sair de casa para consumir e fomentar as atividades culturais que tinha costume antes da pandemia. Entretanto, mesmo com a adesão ainda satisfatória da população aos eventos culturais online, os entrevistados perceberam uma diminuição do engajamento da população fabricianense.

4.3.1 Lei Aldir Blanc

No município de GV, a Aldir Blanc funcionou através de uma chamada pública onde empresas e coletivos culturais apresentaram projetos e documentos. Devido às críticas que eles têm referentes à lei, foram analisados os apontamentos jurídicos necessários, pois a própria lei, segundo Serra Lima, deixa em aberto alguns pontos que juridicamente são perigosos em relação às pessoas de imunidade administrativa, o que deixou o processo um pouco mais burocrático. Foram distribuídos R\$500 mil com a lei e eles ainda têm recursos para abertura de novos editais, porém dependem da permissão do governo federal.

O município de Ipatinga recebeu R\$1.800.000 para o município, todos os cadastrados e inscritos, que cumpriam com o regulamento e com a documentação completa, foram atendidos. No final da distribuição do recurso, sobraram R\$35 mil com a possibilidade de abrir mais um edital para repassar esse valor que sobrou. Para operacionalização da lei em Ipatinga, teve que ser presencial, de uma forma mínima, pois os contratos tiveram que ser assinados presencialmente.

Em Timóteo, aconteceu a seleção de 60 projetos por meio de um edital que trouxe as características específicas de acordo com a legislação federal. Todos os projetos foram executados de forma remota com divulgação para acesso da população e para público específico. Todos os projetos foram concluídos em 31 de dezembro de 2020, pois era o prazo para trabalhar com a lei. O município recebeu R\$642 mil.

Timóteo não tinha um fundo municipal de cultura, o que era uma exigência da lei, então o recurso não poderia entrar no caixa comum da prefeitura, só poderia entrar numa conta específica da cultura, por este motivo, na época teve que ser implantado uma lei na Câmara, aprovada a legislação do conselho municipal de políticas culturais e, a partir disso,

criar o fundo municipal, informar ao Governo Federal, após o aceite, o recurso foi enviado ao município.

Em Coronel Fabriciano, a lei Aldir Blanc premiou 192 empresas que foram divididas em 03 categorias, sendo elas: espaços artísticos, ME e PE culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que compõem a modalidade 1; a modalidade 2 premiou propostas de atividade econômica criativa e a modalidade 3 é composta pela aquisição de bens e serviços culturais e manutenção de agentes, espaços, iniciativas e cursos. A modalidade 1 premiou 25 empresas totalizando R\$128.000; a modalidade 2, conhecida como prêmio Ricardo Maia, foi composta por 14 prêmios de R\$15.000, totalizando R\$210.000,00. Além disso, a modalidade 3, conhecida como Prêmio Miro de Banda, premiou 153 prêmios totalizando R\$427.122,45. O município de Coronel Fabriciano, a partir do cadastro online pela prefeitura, recebeu R\$765.580,73 e repassou aos artistas e espaços culturais (dentro das modalidades mencionadas acima) R\$765.122,45.

4.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

4.4.1 Captação de recursos

A secretaria de Governador Valadares, possui orçamento próprio, recurso em conta. O município possui dotação orçamentária, fundos municipais estruturados. Entretanto, quando decidem realizar um projeto maior, é necessário realizar a captação de recursos, como por exemplo o ICMS cultural que é um fomento do patrimônio histórico (IEPHA, 2016), que será usado para a reforma da Maria Fumaça. Serra Lima julga que o orçamento é suficiente para cumprir os planos cotidianos (aniversário da cidade; natal iluminado; comemoração do 7 de setembro; manutenção da secretaria e os equipamentos funcionando), porém não é suficiente para realização de projetos maiores e, por este motivo, demanda uma captação de recursos.

A cultura de GV em um mês normal arrecada cerca de R\$70 mil reais em ISS. Já em meses que tem grandes eventos, como a Expoagro, pode chegar a R\$ 100 mil - R\$ 150 mil reais de arrecadação de ISS. Serra Lima afirma que a movimentação financeira na cidade, apenas da cultura, é tão grande que ele não consegue mapear e informar ao certo. Ele discorre sobre como a Expoagro movimenta diversos prestadores de serviços (hotel, lojas de roupa, salões de beleza, bares, mobilidade urbana) apenas em duas semanas. Ele acredita que sem a Expoagro, o município deixa de movimentar de R\$3 milhões a R\$4 milhões. Outro exemplo

citado por ele é o GV Folia, onde na época tinham voos diretos de Vitória – ES para GV que vinham e voltavam lotados de pessoas que estavam na cidade apenas para ir ao evento, o que também movimentava esses prestadores de serviços. Ele fala: “a cultura tem um poder de movimentação econômica que nem ela tem condição de falar o quanto, de tanto que ela mexe com vários setores da economia. {...} Então qual a nossa função como gestão pública, é o que a Cidade de Uberlândia – MG faz hoje: fazer o poder público municipal ter a visão da cultura como indústria”.

O orçamento investido na cultura em Ipatinga depende de realocação de recursos, dotações orçamentárias variantes e projetos inscritos pela secretaria. Todo ano é feito uma previsão orçamentária dentro do cronograma para execução das atividades, se o valor for baixo acontece a suplementação, pois em caixa nunca se sabe o que vai ter, pois, além disso, depende também da arrecadação de impostos (ISS, IPTU, IPVA). Depende da arrecadação do próprio município e se será destinada ou não para a cultura, pois os impostos podem ser destinados a outras despesas. O único recurso da cultura que é garantido são os referentes ao patrimônio cultural, que vem do ISS estadual e é realocado pela Fundação João Pinheiro. A legislação do conselho de patrimônio é a mais antiga entre os três conselhos, de 2002, e foi reativada pois o recurso do fundo do ICMS cultural exigia a reativação deste.

O município de Timóteo possui um percentual do seu orçamento destinado a política setorial de cultura e de esporte, porém é um recurso insuficiente para de fato garantir a implementação dos projetos para o tamanho da cidade. A alternativa são as ementas parlamentares, convênio com o governo do estado e com o governo federal e a transferência de recurso direto, além das leis de incentivo.

A Secretaria de Cultura do município de Coronel Fabriciano recebe recursos provenientes do orçamento municipal, que é composto principalmente pelos impostos arrecadados dos cidadãos e empresas locais. Além disso, a Secretaria de Cultura busca recursos por meio de convênios, parcerias e patrocínios com empresas privadas e outras instituições.

4.5 ASPECTO AMBIENTAL

4.5.1 Impacto das universidades

As universidades, para Serra Lima, têm dois poderes: o poder de capacitar pessoas e o poder de ajudar na mensuração da gestão de dados, através de incentivos à pesquisa que poderão mensurar os dados que não são conhecidos, às vezes nem pela própria secretaria, e muito menos mapeados.

Nesse sentido, a universidade é um importante parceiro para a administração pública, especialmente no que se refere à gestão cultural e ao planejamento estratégico, já que, é um ambiente propício para o desenvolvimento de pesquisas que permitam a produção de dados científicos relevantes para a gestão pública e a sociedade em geral.

Em Timóteo, a única parceria que tiveram com as universidades foi para tratar questões sobre o patrimônio público. Ele acredita que um dos motivos da parceria não acontecer com mais frequência é a dificuldade que a universidade possui em se apropriar da burocracia do funcionamento público, porém julga necessário que essas parcerias aconteçam.

Segundo Francisco de Paula, a falta de parcerias entre as universidades e as administrações públicas não é culpa exclusiva da universidade, mas também do poder público, que não reconhece a importância do conhecimento acadêmico para a gestão pública.

4.5.2 Parcerias público/privadas

Em GV, o Teatro Atiaia está sendo reformado com recursos da Vale S.A.¹⁰ e o museu da Cidade está sendo capitaneado com recursos da Fundação Renova¹¹.

A APERAM Participa dos conselhos do município de Timóteo, porém ela se limita a isso pois não atua nas ações específicas juntamente ao município. Ela se preocupa em atuar no seu funcionamento e nas questões que dizem respeito apenas à empresa e ao município, não existindo, necessariamente uma parceria entre a empresa e a prefeitura. Francisco de Paula também menciona que as empresas privadas têm uma relação mais institucional com o município, estando mais envolvidas com seus negócios do que com a cidade em si.

Para João Lamego Neto, as parcerias público-privadas são dificultadas e até mesmo evitadas devido à burocratização das atividades públicas. Isso ocorre porque as atividades do setor público estão sujeitas a muitas regulamentações e leis, o que pode tornar o processo de negociação e implementação de uma PPP muito complexo e demorado.

¹⁰ Mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.

¹¹ Organização não governamental privada e sem fins lucrativos. Responsável por gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução de regiões impactadas.

Além disso, a burocracia torna difícil a obtenção de autorizações, licenças e aprovações necessárias para iniciar um projeto pois envolve requisitos rigorosos e elaboração de editais, licitações e chamamentos públicos para a seleção de parceiros.

Em Coronel Fabriciano, os entrevistados informaram que as lives, durante a pandemia, foram uma estratégia adotada pela prefeitura para manter a população informada sobre as medidas de combate à pandemia, como medidas de prevenção, vacinação e cuidados a serem tomados e para levar entretenimento e cultura à população que estava em isolamento social. Neste sentido, as parcerias com supermercados foram estabelecidas para viabilizar a realização das lives, fossem por meio de doação de recursos financeiros, de espaço físico para a transmissão ou de equipamentos e profissionais para a realização das transmissões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a trajetória das políticas de cultura na região do Vale do Rio Doce, em especial no município de Governador Valadares e Região do Vale do Aço, em relação aos setores cultural, econômico e educacional, na percepção dos gestores públicos.

Baseado na análise das políticas públicas culturais nas cidades do Vale do Aço e do Vale do Rio Doce, é possível concluir que essas regiões possuem uma rica diversidade cultural, que é valorizada e incentivada por meio de diversas políticas públicas culturais implementadas pelos governos locais. Essas políticas buscam fomentar a produção cultural local, promover a circulação de bens culturais e oferecer acesso a eventos culturais para a população.

Enquanto em GV há um grande número de eventos abertos ao público, com participação expressiva da população, em Ipatinga há conselhos de cultura que trabalham na organização e execução de ações culturais ao longo do ano, com forte adesão popular. Em Timóteo, a implantação recente de um conselho de cultura é um passo importante para a organização e captação de recursos para o setor. Em Coronel Fabriciano, há uma adesão considerada satisfatória da população e dos produtores culturais às atividades realizadas pela Secretaria de Cultura. Em todos os casos, é possível perceber a importância da gestão cultural para o desenvolvimento da cultura nas cidades e para a formação de uma identidade cultural local forte.

É importante ressaltar que essas políticas públicas culturais são fundamentais para o fortalecimento e a preservação da identidade cultural dessas regiões, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e turístico das cidades.

Ipatinga, Coronel Fabriciano e Valadares entendem que a cultura pode ser uma forma de mobilidade e ascensão social dos envolvidos e que pode ser usada como ferramenta para solução de outros problemas sociais além da pobreza e desigualdade social, como o uso de drogas (tráfico também) e a criminalidade. Através do incentivo à prática esportiva e à fomentação cultural, é possível tirar pessoas de situações de vulnerabilidade social e empoderá-las, gerando renda e oportunidades de trabalho.

Timóteo se diferencia das outras cidades pois o secretário acha que o discurso de tirar essas pessoas do envolvimento com as drogas é uma falácia e um discurso sem sustentação,

pois, segundo ele, não foi o esporte que colocou aquela pessoa ali então não vai ser ele que vai tirar.

Essas diferentes visões sugerem que as cidades têm abordagens e estratégias distintas em relação aos desafios sociais e a cultura, por isso, é importante respeitar e considerar as diferentes perspectivas e buscar soluções integradas e contextualizadas para os problemas sociais enfrentados em cada localidade.

Um ponto em comum entre todos os entrevistados é: a cultura foi o setor mais atingido durante a pandemia. Eles reconhecem que a cultura é responsável por uma grande movimentação da economia local e que, talvez, seja a única área que possa ter uma movimentação de renda de forma tão brusca. Isso foi evidenciado com a pandemia, que levou à interrupção de projetos e aglomerações culturais.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios para o setor cultural em todo o mundo. No Brasil, a situação não foi diferente, e gestores públicos tiveram que se adaptar a novas formas de fomentar e promover atividades culturais. Em Governador Valadares, a pandemia possibilitou melhorar o diálogo da secretaria de cultura com a população, e grupos culturais que nunca haviam procurado a secretaria antes passaram a usufruir de seus serviços. Em geral, a pandemia prejudicou o setor de cultura, mas espera-se uma retomada gradual das atividades após a vacinação e a autorização sanitária para a realização de eventos.

Evidenciando a importância de reconhecer e apoiar a cultura como um setor fundamental da economia e da sociedade. É necessário promover políticas e ações que valorizem e protejam a cultura, permitindo sua recuperação e fortalecimento para o benefício de toda a comunidade.

As empresas privadas têm cada vez mais adotado práticas de responsabilidade socioambiental como forma de demonstrar preocupação com questões sociais e ambientais, e também como estratégia de marketing para melhorar sua imagem perante o público e conquistar novos clientes. No entanto, nem sempre essas ações são genuínas e podem ter outros objetivos implícitos como redução de impostos ou realização de marketing social e publicidade.

Uma outra crítica importante é que algumas empresas usam a responsabilidade socioambiental como uma forma de reduzir impostos, aproveitando-se de benefícios fiscais concedidos a empresas que realizam ações socialmente responsáveis. Essas empresas podem não ter uma verdadeira preocupação com as questões socioambientais, mas sim buscam

apenas benefícios econômicos e financeiros, sem um compromisso real com a sustentabilidade ou com a população que os cercam.

É importante que os gestores culturais estejam atentos a essas práticas e busquem parcerias verdadeiras e genuínas com empresas que tenham um compromisso real com a sustentabilidade e com a comunidade local, em vez de apenas estratégias de marketing superficial. A colaboração entre o setor público, o setor privado e a população local deve ser baseada em uma visão compartilhada e em benefícios mútuos, visando o desenvolvimento sustentável da cidade e o bem-estar da população.

No entanto, apesar dos esforços do poder público, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir que essas políticas públicas culturais sejam efetivas e alcancem todos os públicos, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Em suma, a análise das políticas públicas culturais das cidades do Vale do Aço e do Vale do Rio Doce demonstra a importância de investir em ações que valorizem e incentivem a cultura local, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e preservar a identidade cultural dessas regiões.

É fundamental reconhecer e apoiar a cultura como um setor importante da economia e da sociedade, adaptando soluções aos contextos específicos de cada lugar. A cultura é um conjunto de traços distintivos de uma sociedade e deve ser preservada e incentivada por meio de políticas públicas que garantam sua livre circulação.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Y. Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre a gestão da cultura. Disponível em: <https://www.sp-arte.com/editorial/da-democratizacao-a-democracia-cultural-uma-reflexao-sobre-a-gestao-da-cultura/> Acesso em 22 nov. 2022.
- ALONSO, A dos R. O uso da Lei Rouanet como ferramenta produtiva em um plano de comunicação. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas] - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012.
- AVELAR, R. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. 3.ed. Belo Horizonte (MG): Ed. do Autor, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Economia. Sobre o planejamento fiscal. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/en/fiscal-policy/about-fiscal-planning> Acesso em 08 fev. 2023.
- BRASIL. Secretaria Especial da Cultura/Ministério do Turismo. Sistema Nacional de Cultura. [s.d.]. Disponível em <http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/> Acesso em 21 nov. 2022.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas públicas: guiaprático de análise ex ante, vol. 1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018.
- BRUM, S. M. da S. Um estudo sobre a parceria público-privada para a promoção da cinecultura municipal. Rev Cient Mult Núc Conhe, vol. 15, n. 03, pp. 94-124. Mar 2021.
- CARDOSO, M R G.; OLIVEIRA, G. S. de; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111. 2021.
- CERQUEIRA, A. P. C. de. Política cultural e trabalho nas artes: o percurso e o lugar do Estado no campo da cultura. Est Ava, vol. 32, n. 92, pp. 119-139. Jan./Abr 2018.
- COLOAUTO, R. D; RUAS, C. M. B.; PIRES, R. de C. Teixeira et al. Reflexão sobre as normas de finanças públicas: enfoque sobre concessão de benefícios por meio de renúncia de receitas públicas. **Rev Educ Pesq Contab – REPeC**, v. 7, n. 1, p. 58-72, 2013.
- COSTA, J. S. M. Tipologias Culturais e Ciclo de Vida Organizacional: O caso ENSR/AECOM. **Dissertação** [Mestrado em Administração de Empresas] PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008, 120 fls.
- DA SILVA, F. A. B. **Direito e políticas culturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. 418 fls.

DE ALMEIDA, J. R. F. "Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo." Sala Preta 21.1 (2022): 53-80.

DE SOUZA, Valmir. "Cidadania Cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural Cidadania Cultural: entre la democratización de la cultura e la democracia cultural Cultural Citizenship."

EBS – Evento Business Show. A importância das leis de incentivo para o mercado cultural. 2019. Disponível em: <https://www.revistaebbs.com.br/mice/leis-de-incentivo-para-o-mercado-cultural/> Acesso em 06 fev. 2023.

FARINA, A. F. O arbitrário cultural em democracias capitalistas: princípios de visão e divisão no campo das políticas de formação cultural. Dissertação [Mestrado em Filosofia] Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2019. 119 fls.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 175 págs.

GODOI, E. V.; SANTOS, V. de M. Um olhar sobre a cultura. **Educ Rev**, vol. 30, n. 3, pp. 15-41. jun./set. 2014.

GOTTEMS, L. B. D.; PIRES, Maria R. G. M.; CALMON, Paulo Carlos Du Pin et al. O modelo dos múltiplos fluxos de kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde Soc**, vol. 22, n. 2, pp. 511-520. 2013.

IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Programa de ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural> Acesso em 20 jun. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, A. T. B.; SILVESTRE, J. de C. Economia da cultura: uma possibilidade de desenvolvimento regional para o estado de Goiás. *Desenv Reg Deb*, vol. 9, n. esp. 1, pp. 126-142. 2019.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLATO, Pablo; DE SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no Campo da Cultura. Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/o-que-sao-as-politicas-culturais.pdf> Acesso em 22 nov. 2022.

LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. 324 págs.

MELO, S. M. C. A potência de imaginar: arte, cultura e trabalho na economia dos bens abundantes. *Galáxia*, n. 34, pp. 125-136. Jan/mar 2017.

MICHELON, F. F; MACHANDO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana Maria Sosa. Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. 359 págs.

OLIVEIRA, Evandro de; ALVES, Adilson Francelino. Uma análise literária sobre o conceito de cultura. *Rev Bras Educ Cult*, vol. 11, n. 1, pp. 1-18. jan./jun. 2015.

PCS – Programa Cidades Sustentáveis. Ipatinga – Minas Gerais. 2021. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/painelIndicadoresCidade/detalhes/2601> Acesso em 25 Jun. 2021.

PMGV – Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Lei no 1338 de 17 fevereiro de 1967. 2021. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-legislacao/info/lei-ordinaria-1338-1967/4648> Acesso em 25 jun. 2021.

PMI – Prefeitura Municipal de Ipatinga. Cidades do Vale do Aço – Coronel Fabriciano – MG. Disponível em: <http://euamoipatinga.com.br/ruas/noticias.asp?video=Cidade%20de%20Coronel%20Fabriciano-MG> Acesso em 14 nov. 2022.

PMT – Prefeitura Municipal de Timóteo. História de Timóteo. 2021. Disponível em: <https://www.timoteo.mg.gov.br/1/historia-de-timoteo> Acesso em 25 jun. 2021.

PRATT, A. Economia Cultural. *Int Ency Geog*, pp. 1-10. Doi: <https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0848.pub2> Acesso em 22 nov. 2022.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/povo_brasileiro.pdf Acesso em 17 nov. 2022.

RODRIGUES, L. do N. Os caminhos da identidade nacional brasileira: A perspectiva do etnosimbolismo. **Tese** [Pós-Graduação em Ciências Políticas] Universidade de Brasília, Brasília, 2013, 230 pgs.

RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. Cultura política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 351 pgs.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2006. 152 fls,

SOUZA, A. P. B. Políticas Públicas Culturais de Acesso – Análise do Vale-Cultura. **Dissertação** [Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento] Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 94 fls.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, vol. 8, n. 16, p. 20-45. Jul/dez 2006.

Thiry-Cherques, H. R. (1997). Max Weber e a ética nas organizações: cinco hipóteses sobre a cultura e a moral a partir de conceitos de Max Weber. **Revista De Administração Pública**,

31(2), 5 a 21. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7926>

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Diversidade de Expressões Culturais no Brasil. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/diversity-cultural-expressions-brazil> Acesso em 19 nov. 2022.

UNESCO. Declaração Universal A Cultura 2022. <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>

VENTURA, M, M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**, v. 20, n. 5, pp. 383-386. Set/out, 2007.

APÊNDICE A — Questionário aplicado para funcionários da Secretaria de Cultura

Perguntas

1. Nome; Nível de Escolaridade; Formação; Idade; Sexo
2. Sua origem é da cidade ou das proximidades? Quanto tempo vive/mora aqui?
3. Qual sua área de atuação?
4. Como chegou ao seu cargo atual?
5. Quais atividades realiza? É servidor público de carreira ou é contratado?
6. Qual o perfil da equipe técnica da secretaria: a formação, eles também são servidores de carreira, possuíam algum envolvimento com a cultura local?
7. Qual o tamanho da equipe? Quantas pessoas trabalham na secretaria/departamento?
8. A secretaria é específica de cultura ou abrange outras áreas? Tem subsecretarias ou diretorias? Se abrange outras áreas, quais são? Avalia que a equipe é suficiente para a execução de todas as atribuições da secretaria/diretoria?
9. Como se deu a formação da cidade culturalmente? Como a cultura influenciava na economia da cidade na época? (Geração de renda, empregos, etc)
10. Quais as principais atividades econômicas e culturais eram realizadas na época da formação da cidade?
11. Você sabe me dizer como e quando iniciou a gestão cultural no município? Como e quando a importância de um gestor público cultural se tornou necessária?
12. Quando foi estruturada a Secretaria de Cultura? Antes da secretaria, já existia uma estrutura (como outra secretaria) que fazia a gestão dos trabalhos?
13. Na época da implantação das primeiras políticas públicas culturais, o que foi assegurado e oferecido à população? (O que foi feito nessa época?) Alguma dessas atividades existem até hoje?
14. (Quando começou a gestão) Como eram identificadas as necessidades da população em relação ao investimento da cultura, antes da pandemia? Como está sendo agora com a necessidade de gerir as demandas de forma remota?
15. Como se dava o planejamento das ações: era anual? Semestral? E esse planejamento era definido por quem: só pela secretaria ou a comunidade participava, através de Conselho de Cultura, por exemplo? Se existe esse conselho, como ele funciona e impacta a atual gestão?

16. Como você caracterizava a participação da população nas atividades culturais antes da pandemia? E agora?
17. Qual a origem do orçamento investido na Secretaria. O município possui um sistema de cultura já estruturado? Ou depende de realocação de recursos, dotações orçamentárias variantes ou projetos inscritos pela secretaria?
18. O município aderiu à Lei Aldir Blanc? Se sim, como foi a distribuição do recurso?
19. O orçamento recebido ou previsto é suficiente para cumprir os planos culturais? E depois da pandemia, quais são os planos?
20. O orçamento é suficiente para a execução das atividades planejadas? (Quais as dificuldades apresentadas em relação ao orçamento?) Percebeu alguma mudança para a pós pandemia?
21. Na sua opinião, falar o nome do entrevistado. Quais os principais impactos do incentivo da cultura na cidade? Por exemplo: criação de empregos, aumento da renda de pessoas, diminuição da criminalidade, etc.
22. Em relação às pessoas que estão em vulnerabilidade social, como você acha que o incentivo à cultura desperta interesse nelas? De que forma as atividades culturais permitem que elas ascendam na cadeia social?
23. Saberria me quantificar qual o retorno financeiro que as políticas de cultura/turismo trazem para a cidade?
24. Qual a importância das parcerias com as universidades para a valorização da cultura local?
25. Possuem parcerias público/privadas para o fomento da cultura local?
26. Além dos pontos que você já citou, as atividades culturais geram mais algum benefício para a região e a sociedade?
27. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Categorias das perguntas

1. Formação histórica cultural
2. Relação cultura X população
3. Orçamento
4. Impactos socioeconômicos a. Na população b. No município
5. Parcerias com instituições a. Privadas b. Públicas

6. Impacto da pandemia

APÊNDICE B — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pesquisa com Gestores Culturais Municipais

Convidamos-lhe a participar da pesquisa “Políticas Públicas De Cultura: um estudo na Região do Vale do Rio Doce e Vale do Aço - Minas Gerais”, sob responsabilidade da professora Nathalia Carvalho Moreira e do discente Luiz Eduardo Gervásio Armond. Em geral, a pesquisa pretende averiguar qual a percepção dos secretários de cultura e gestores públicos a respeito da formação histórica cultural do município, relação direta dos incentivos públicos à cultura e a população, orçamento público e participativo, impactos socioeconômicos dos incentivos em cultura na população e no município, os benefícios de parcerias com instituições privadas e públicas, além do impacto da pandemia nas atividades culturais. Ressalta-se que a sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas da entrevista oral, sendo estas 27 perguntas. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são inexistentes, pois o tema investigado envolve somente o mapeamento de opiniões sobre o tema abordado, com o intuito de analisar os aspectos anteriormente citados. Se após o seu consentimento sobre a participação nesta pesquisa, o (a) sr (a) pretenda desistir, tem o direito e a liberdade de retirar o consentimento em qualquer fase da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. O (a) sr (a) não terá qualquer despesa e, também, não receberá qualquer remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sendo a sua identidade preservada e guardada em sigilo. Para qualquer informação complementar ao presente termo, o (a) sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador Luiz Eduardo Gervásio Armond, via e-mail: luizegarmond@gmail.com. Se o (a) sr (a) se sentir suficientemente esclarecido sobre esta pesquisa, objetivo, procedimentos e eventuais riscos ou benefícios, convidamos-lhe a participar da entrevista via ligação de vídeo ou presencialmente, da forma que preferir, no dia e horário que tiver disponibilidade.

Li as informações acima, recebi explicações sobre a natureza, riscos e benefícios do projeto. Comprometo-me a colaborar voluntariamente e compreendo que posso retirar meu consentimento e interrompê-lo a qualquer momento, sem penalidade ou perda de benefício.

Assinatura do participante: _____

Data: __/__/__

Documento: _____